



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002356-72.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Maria Celma Alexandre Lima**  
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/09 e da Lei 9.099/95.

#### **Fundamento e decido.**

O processo teve dilação probatória completa, portanto, de rigor o julgamento neste momento.

No caso em tela, pleiteia a autora, indenização por danos materiais, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 05/11/2017, decorrente da existência de buraco na via pública.

Inicialmente, quanto ao pedido de inclusão do Município de São Carlos no polo passivo, o afastamento, uma vez que não se trata de litisconsórcio necessário e descabe, no juizado especial da fazenda pública, qualquer forma de intervenção de terceiros (art. 10 da Lei nº 9.099/95).

No presente caso, em se tratando de ato omissivo da Administração Pública, do qual terceiro veio a sofrer danos, a responsabilidade civil é subjetiva.

Nesse contexto, a responsabilidade e o consequente dever de indenizar exigem os seguintes elementos: conduta culposa ou dolosa, dano e nexo de causalidade.

É fato incontroverso a existência do desnível na via em virtude de reparos realizados pelo requerido.

Analisando os documentos que a autora fez juntar aos autos para tentar demonstrar a presença dos pressupostos da responsabilidade atribuída ao requerido, constata-se um orçamento realizado (fl. 19) fotos da via pública (20/26) e fotos do veículo (fl. 27/32).

O orçamento, embora indicativo, por si só, não é suficiente para comprovar o dano, que não foi possível constatar pelas fotos do veículo. As fotos da via pública, por seu turno, evidenciam o local sinalizado, não se sabendo se a sinalização foi colocada em momento posterior, já que a autora não trouxe nenhuma testemunha a confirmar a sua versão, cingindo-se a sua prova ao seu depoimento pessoal que, por parcial, não pode ser acolhido como prova



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

suficiente para o decreto condenatório pretendido, mormente porque ela não soube descrever, sequer, com segurança, o local dos fatos e não trouxe Boletim de Ocorrência, contemporâneo a estes.

Assim, o contexto probatório não evidencia que os fatos se desenrolaram como narrado na inicial. Dessa forma, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, não logrou a autora provar satisfatoriamente o dano e o nexo causal entre a suposta omissão da autarquia e aquele.

Neste sentido, em casos análogos:

**RECURSO – APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE DE TRÂNSITO BURACO NA PISTA DE ROLAMENTO (Via pública)– DANOS MATERIAIS EM VEICULO AUTOMOTOR – REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS – AÇÃO DE COBRANÇA.** Autor que afirma ter danificado seu veículo em virtude de buraco existente em via pública. Busca da Prefeitura requerida o ressarcimento do valor gasto com a troca dos 04 (quatro) pneus, alinhamentos e balanceamento do veículo. 1) Ausência de comprovação do nexo causal entre o dano alegado e a má conservação da via pública. Ônus que incumbe ao postulante, consoante termos do artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. 2) Hipótese na qual, ainda, o conjunto probatório coligido ( relatório mecânico e fotografias ) demonstra de forma clara que apenas 01 ( um ) único pneu, que já se encontrava em precário estado foi atingido pelo pequeno buraco. Responsabilidade da requerida não configurada. Improcedência. Sentença mantida. Recurso de apelação não provido. (TJSP; Apelação 1009546-53.2014.8.26.0590; Relator (a): Marcondes D'Angelo; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Vicente - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/11/2016; Data de Registro: 10/11/2016).

**APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO– AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – insuficiente a prova PARA DEMONSTRAR A CULPA da ré – Ausência de provas idôneas capazes de demonstrar a conduta dolosa e/ou culposa da ré no acidente de trânsito – A parte autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito – Indenização indevida – Inteligência do artigo 373, I, do Código de Processo Civil – REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS da ré, considerando-se os parâmetros do artigo 20 do CPC/73 - – Sentença reformada. RECURSO PROVIDO. "(TJSP; Apelação 0155939-52.2009.8.26.0100; Relator (a): Luís Fernando Nishi; Órgão Julgador: 38ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Foro Central Cível - 25ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/06/2018; Data de Registro: 22/06/2018).**

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 28 de junho de 2018

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**